CONECTANDO SABERES: ATENDIMENTO ASSISTIVO E INCLUSÃO DIGITAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE CAMPINA GRANDE

Sergiana Costa Paulino[1]
Hellen Samara Farias das Neves[2]
Maria Roseane Alves Velez[3]

INTRODUÇÃO

A expansão das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) transformou as formas de comunicação, interação, produção do conhecimento e acesso à informação. Nesse cenário, a inclusão digital é condição importante para o exercício da cidadania. Entretanto, não se resume à oferta de equipamentos: requer oportunidades para que todos utilizem os recursos de maneira significativa, autônoma e participativa.

Para pessoas com deficiência, as tecnologias podem reduzir barreiras de acesso à educação, à comunicação, à cultura e à participação social. A Tecnologia Assistiva (TA), conforme Bersch (2017), reúne recursos, estratégias, metodologias e serviços que promovem funcionalidade, independência e participação. No campo educacional, recursos digitais também atuam como mediadores da aprendizagem, ampliando possibilidades de interação e construção do conhecimento, em diálogo com a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1997).

A educação inclusiva reconhece a diversidade como característica humana e exige práticas que garantam participação e aprendizagem, não apenas presença nos espaços educativos (MANTOAN, 2015). No Brasil, esse compromisso é respaldado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 9.394/1996, pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que orientam a garantia de direitos, acessibilidade e eliminação de barreiras.

.

É nesse contexto que se desenvolveu, em 2025, o projeto “Conectando Saberes”, no laboratório de informática da APAE de Campina Grande-PB. A iniciativa atendeu aproximadamente 60 pessoas, de 14 a 50 anos, com deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Down e deficiência múltipla. Foram utilizados computadores, tablets, plataformas educativas, vídeos e jogos, entre eles Wordwall, Digiplus, Escola Games, Google e YouTube Educacional. Os atendimentos semanais, individuais ou em pequenos grupos, buscaram favorecer aprendizagem, autonomia, comunicação e convivência.

[1]Graduada pelo curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Acaraú – UVA, scpmaciel@yahoo.com.br
[2]Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, hellen_samara@yahoo.com.br
[3]Graduada pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, roseane.velez@aluno.uepb.edu.br

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, elaborado a partir das práticas realizadas no projeto “Conectando Saberes” durante 2025, no laboratório de informática da APAE de Campina Grande. A abordagem qualitativa permite compreender experiências e significados construídos pelos sujeitos em seu contexto (MINAYO, 2015), sendo adequada à análise das práticas e das mudanças observadas.

Participaram aproximadamente 60 usuários, com idades entre 14 e 50 anos, com deficiência intelectual, TEA, Síndrome de Down e deficiência múltipla. Os atendimentos ocorreram semanalmente, com duração média de 40 minutos, de forma individual ou em grupos de cinco a oito participantes, conforme necessidades identificadas pela equipe pedagógica.

Foram utilizados computadores, tablets, jogos pedagógicos, plataformas digitais e ferramentas interativas, como Wordwall, Digiplus, Escola Games, Google e YouTube Educacional. O planejamento considerou interesses, potencialidades e necessidades individuais, com estratégias voltadas à participação ativa e à aprendizagem significativa.

A observação durante os atendimentos constituiu a principal fonte de registro. Foram acompanhados autonomia no uso dos equipamentos, comunicação, atenção, interação, participação e autoestima. A análise contínua organizou os achados em cinco eixos: autonomia digital, comunicação, atenção e engajamento, socialização e autoestima/protagonismo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão digital envolve mais que acesso físico às tecnologias: pressupõe competências para utilizá-las de modo crítico, autônomo e significativo. Lévy (1999) aponta que as tecnologias digitais modificam a comunicação, a produção do conhecimento e as relações sociais. Para pessoas com deficiência, sua democratização pode ampliar oportunidades de aprendizagem e participação, desde que acompanhada de acessibilidade e mediação.

A educação inclusiva parte do direito de todos à aprendizagem e requer reorganização das práticas para acolher a diversidade. Mantoan (2015) destaca que incluir é garantir condições reais de participação e desenvolvimento. A Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) reforçam o acesso, a aprendizagem e a eliminação de barreiras, incluindo as tecnológicas.

A Tecnologia Assistiva compreende produtos, equipamentos, estratégias, metodologias e serviços que ampliam habilidades funcionais e independência (BERSCH, 2017). Na educação, softwares, aplicativos, dispositivos móveis e recursos multimídia podem apoiar o acesso ao currículo, a comunicação e a aprendizagem, além de fortalecer autoestima e protagonismo.

Na perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1997) compreende o desenvolvimento como processo mediado por instrumentos culturais e interações sociais. Assim, recursos digitais planejados e contextualizados podem favorecer comunicação, aprendizagem e expressão de potencialidades. A articulação entre inclusão digital, TA e mediação pedagógica constitui, portanto, uma possibilidade de ampliar a participação e o desenvolvimento integral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência desenvolvida em 2025 permitiu observar contribuições das tecnologias digitais e assistivas para a aprendizagem e a participação dos aproximadamente 60 usuários atendidos. A análise dos registros apontou avanços em autonomia, comunicação, atenção, socialização e autoestima. Os resultados são apresentados de forma articulada, considerando a diversidade dos participantes e a importância de respeitar ritmos e necessidades individuais.

AUTONOMIA DIGITAL

No início, parte dos participantes necessitava de apoio frequente para ligar equipamentos, acessar aplicativos e selecionar atividades. Com a continuidade das intervenções e a familiarização com os recursos, observou-se maior segurança na navegação, no reconhecimento de comandos e na realização de escolhas. Em diferentes situações, os usuários iniciaram tarefas e solucionaram pequenas dificuldades com menor intervenção dos profissionais.

Esse avanço ultrapassou o domínio técnico: iniciativa, confiança e participação também foram percebidas em outras atividades institucionais. Os achados dialogam com Bersch (2017), para quem a TA favorece funcionalidade e independência, e evidenciam a importância de recursos acessíveis para o protagonismo.

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

Imagens, vídeos, jogos e recursos audiovisuais favoreceram a expressão de interesses, sentimentos, opiniões e preferências, especialmente entre participantes com dificuldades na linguagem oral. Os recursos digitais ampliaram formas de interação com colegas e profissionais e, em algumas situações, permitiram demonstrar conhecimentos pouco evidenciados em atividades convencionais.

O ambiente interativo mostrou-se estimulante e contribuiu para reduzir barreiras comunicacionais, favorecendo a participação espontânea. Essa observação aproxima-se da perspectiva de Vygotsky (1997), que atribui aos instrumentos culturais função mediadora no desenvolvimento e nas relações sociais. A tecnologia, quando associada à intencionalidade pedagógica, pode constituir suporte para a expressão e para a construção de vínculos.

ATENÇÃO E ENGAJAMENTO

Os registros também indicaram maior interesse, concentração e permanência nas tarefas propostas. O caráter lúdico, visual e interativo de plataformas como Wordwall, Escola Games e Digiplus favoreceu o envolvimento, sobretudo entre participantes que apresentavam dificuldade de concentração ou resistência a atividades convencionais.

Em diversas propostas, os usuários demonstraram persistência diante de desafios, buscaram soluções e concluíram tarefas com níveis crescentes de independência. Esses aspectos reforçam a importância de metodologias acessíveis e diversificadas. Conforme Lévy (1999), os ambientes digitais oferecem possibilidades interativas de construção do conhecimento, o que foi percebido na experiência.

SOCIALIZAÇÃO E INTERAÇÃO

Os atendimentos em pequenos grupos criaram oportunidades de cooperação, diálogo e troca de experiências. Participantes compartilharam descobertas, auxiliaram colegas e demonstraram maior interesse nas atividades coletivas. Para alguns usuários com dificuldades de interação, a participação em grupo ocorreu de forma gradualmente mais ativa.

Jogos e tarefas compartilhadas funcionaram como elementos mediadores das relações, estimulando convivência e respeito às diferenças. A experiência se relaciona à compreensão de Sassaki (2006) de que a inclusão social exige oportunidades efetivas de participação e remoção de barreiras.

AUTOESTIMA E PROTAGONISMO

A conclusão das atividades, o reconhecimento das próprias capacidades e o domínio progressivo dos recursos favoreceram a autoestima. Muitos participantes expressaram satisfação com suas conquistas e interesse em compartilhar resultados com colegas, familiares e profissionais. A valorização das potencialidades, em vez do foco nas limitações, foi princípio orientador do trabalho.

Essas vivências fortaleceram a autoconfiança e a motivação para participar. Em consonância com Mantoan (2015), reconhecer a diversidade e as capacidades dos sujeitos é essencial à inclusão. De modo geral, os resultados sugerem que o uso planejado das tecnologias, articulado à mediação pedagógica, pode ampliar aprendizagem, autonomia e cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Conectando Saberes”, desenvolvido na APAE de Campina Grande em 2025, evidenciou o potencial das tecnologias digitais e da Tecnologia Assistiva para favorecer o desenvolvimento de pessoas com deficiência. A experiência mostrou que, quando planejados de acordo com as necessidades e potencialidades dos participantes, os recursos tecnológicos podem contribuir para aprendizagem, autonomia, comunicação e participação social.

Os registros apontaram maior independência no uso de equipamentos, ampliação das formas de expressão, melhor engajamento nas atividades, oportunidades de convivência e valorização das conquistas individuais. Tais aspectos reafirmam que a acessibilidade tecnológica não se limita ao domínio de ferramentas, mas se relaciona à garantia de direitos, à construção de vínculos e ao fortalecimento do protagonismo.

O laboratório de informática consolidou-se como espaço de aprendizagem e inclusão, com experiências que podem repercutir para além da instituição. Para ampliar iniciativas dessa natureza, são importantes investimentos em recursos acessíveis, formação continuada dos profissionais e práticas pedagógicas flexíveis e inovadoras.

Conclui-se que a inclusão digital, associada à TA e à educação inclusiva, constitui estratégia relevante para promover participação e cidadania. Espera-se que este relato contribua para o debate sobre práticas acessíveis na Educação Especial e incentive novas experiências que ampliem o acesso das pessoas com deficiência ao conhecimento e à vida social.

AGRADECIMENTOS

À APAE de Campina Grande-PB, pelo apoio e pela oportunidade de desenvolver o projeto; aos participantes, que compartilharam suas experiências e aprendizagens; às famílias, pela confiança e parceria; à equipe multiprofissional e à direção, pela colaboração e incentivo às ações inclusivas. Estende-se o agradecimento aos profissionais da Educação Especial que, cotidianamente, promovem oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento e participação social.

Palavras-chave: Inclusão digital; Tecnologia Assistiva; Educação Especial.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. et al. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre: CEDI, 2017.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. E-Mosaicos, Rio de Janeiro, v. 7, p. 3-25, 2019.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. Fundamentos de Defectologia. Havana: Pueblo y Educación, 1997.